

EFEITO PREVISTO LDA

LOTEAMENTO DA FUNDIÇÃO DE OEIRAS



ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Fase de Estudo Prévio

Vol. I – Resumo Não Técnico

Maio 2023



DOCUMENTO PREPARADO POR PERITOS COMPETENTES EM AIA:

CONSULTOR COORDENADOR NÍVEL 2, CONSULTOR ESPECIALISTA
COMPONENTE SOCIAL NÍVEL 2

Júlio de Jesus
consultores

LOTEAMENTO DA FUNDIÇÃO DE OEIRAS**ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL****Resumo Não Técnico****ÍNDICE GERAL**

Volume I	Resumo Não Técnico
Volume II	Relatório
Volume III	Plano de Gestão Ambiental de Obra
Volume IV	Anexos

ÍNDICE

O que é o Resumo Não Técnico?	3
O que é o Estudo de Impacte Ambiental? E o que é o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental? E qual a relação do projeto de Loteamento com este procedimento? E o que é a Declaração de Impacte Ambiental?.....	3
Qual o projeto objeto de AIA? Quem é o proponente? E quem é a entidade licenciadora?	4
Quais os objetivos do projeto? E como se justifica na área onde se insere?	5
Onde se localiza o projeto? Quais as suas características principais? E qual é a programação temporal das suas várias fases?	5
Foram consideradas alternativas?	12
Quais as principais características da área de implantação do projeto?	12
Quais os principais efeitos (impactes) do projeto?	14
Quais as principais medidas de mitigação dos impactes negativos e de potenciação dos impactes positivos? E quais as consequências dessas medidas nos impactes anteriormente identificados?	15
E foi proposta alguma monitorização?	16
Qual a conclusão que se retira da análise efetuada?	16

LOTEAMENTO DA FUNDIÇÃO DE OEIRAS

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Resumo Não Técnico

O que é o Resumo Não Técnico?

O **Resumo Não Técnico (RNT)*** é um documento que integra o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), mas que é editado de forma autónoma, de forma a facilitar uma divulgação mais alargada, em particular durante a consulta pública.

*: Na última página encontra-se uma lista de siglas.

O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes do EIA. Quem pretender aprofundar algum dos aspetos relativos ao estudo dos efeitos do projeto do **Loteamento da Fundação de Oeiras**, poderá consultar o EIA que estará disponível no sítio de internet Participa, que é o portal oficial onde são disponibilizados os processos de consulta pública a cargo do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.



Sítio internet: www.participa.pt

O que é o Estudo de Impacte Ambiental? E o que é o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental? E qual a relação do projeto de Loteamento com este procedimento? E o que é a Declaração de Impacte Ambiental?

Determinadas categorias de projetos estão sujeitas ao procedimento de **Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)**, antes do seu licenciamento. A decisão de sujeitar um projeto a AIA depende das suas características e/ou da sua localização, tal como definidas no Regime Jurídico da AIA (RJAIA), estabelecido pelo Decreto-Lei (DL) n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com a redação atual dada pelo DL n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, que o republica. Este diploma transpõe para o direito nacional a Diretiva europeia 2011/92/UE, alterada pela Diretiva 2014/52/EU usualmente designada Diretiva AIA.

Os loteamentos urbanos com uma área igual ou superior a 10 ha ou construção superior a 500 fogos estão automaticamente sujeitos a AIA. O projeto do Loteamento da Fundação de Oeiras abrange uma área aproximada de **8,29 ha** e **600 fogos**, estando, portanto, abrangido pelo procedimento de AIA por ultrapassar aquele segundo critério.

A AIA tem como **objetivos**:

- Avaliar os potenciais efeitos (impactes), positivos e negativos;
- Identificar as medidas para evitar, reduzir ou compensar os efeitos negativos significativos;
- Indicar as medidas de controlo (monitorização) a adotar, antes de uma decisão ser tomada.

A AIA também permite que as entidades e o público interessado se possam pronunciar, contribuindo para essa decisão sobre o projeto.



A legislação nacional, como os Decretos-Lei, pode ser consultada no sítio de internet [http://: www.dre.pt](http://www.dre.pt)



A legislação comunitária, como as diretivas europeias, pode ser consultada no sítio da internet: eur-lex.europa.eu/pt/index.htm

Este EIA é apresentado a uma entidade da Administração Pública, designada como **Autoridade de AIA**, para apreciação. No caso do projeto do Loteamento da Fundação de Oeiras, a Autoridade de AIA é a **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)**.

O EIA teve uma primeira versão elaborada em 2020. Entre fevereiro e maio de 2023 esta versão foi completada, revista e atualizada. O EIA é constituído pelos seguintes quatro volumes:

- **Resumo Não Técnico**, que corresponde ao presente documento, para efeitos de divulgação alargada e participação pública;
- **Relatório Síntese**, que corresponde ao volume no qual a informação sobre o projeto e a sua localização é analisada com maior detalhe técnico;
- **Anexos**, que correspondem a elementos complementares considerados pertinentes para o total entendimento da análise do projeto (incluindo desenhos, mapas e relatórios especializados);
- **Plano de Gestão Ambiental de Obra**, que corresponde a um documento com a atribuição das responsabilidades e descrição das medidas de minimização, que devem ser seguidos na empreitada no âmbito da gestão ambiental.

Após a apreciação do EIA por parte de uma comissão (a Comissão de Avaliação) nomeada para o efeito pela Autoridade de AIA, o procedimento termina com a emissão de uma **Declaração de Impacte Ambiental (DIA)**. Esta declaração é emitida pela Autoridade de AIA e pode ser favorável, favorável condicionada ou desfavorável. A DIA deve ter em conta a análise dos impactes do projeto realizada pela Comissão de Avaliação, bem como os resultados da consulta pública efectuada. O projeto apenas pode ser licenciado após a emissão de uma DIA favorável ou favorável condicionada.



Sítio internet: <https://ccdr-lvt.pt/>
Telephone: +351 213 837 100

Quando a DIA é **favorável condicionada**, a realização do projeto obriga à concretização das medidas consideradas necessárias para valorizar os efeitos positivos do projeto e para evitar, reduzir ou compensar os seus efeitos negativos significativos. Exemplos destas medidas são a construção de barreiras acústicas, a implementação do plano de gestão ambiental da obra ou o acompanhamento arqueológico das obras.

Qual o projeto objeto de AIA? Quem é o proponente? E quem é a entidade licenciadora?

O projeto analisado no EIA é o **Loteamento da Fundação de Oeiras** e o proponente é a sociedade **Efeito Previsto, Lda.**, proprietária do terreno.

A entidade licenciadora é a **Câmara Municipal de Oeiras**.



Sítio internet: <https://www.oeiras.pt/>
Telephone: 214 408 300

Em que fase se encontra o projeto?

A AIA pode decorrer em fase de estudo prévio ou de anteprojecto, ou na fase de projeto de execução.

O Loteamento encontra-se em fase de **estudo prévio**. Quando um projeto é sujeito a AIA em fase de estudo prévio, a DIA apresenta um conjunto de medidas e condições que deverão ser cumpridas e verificadas no desenvolvimento do projeto de execução, antes do respetivo licenciamento. Para esse efeito, o

proponente deve submeter um Relatório da Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE), novamente à Autoridade de AIA. No RECAPE deve ser demonstrado de que forma o projeto cumpre as condições impostas na DIA e como as medidas preventivas ou minimizadoras são concretizadas. O RECAPE deve pormenorizar estas medidas, bem como os programas de monitorização previstos na DIA.

Quais os objetivos do projeto? E como se justifica na área onde se insere?

O **objetivo** do Loteamento da Fundação de Oeiras é **requalificar** uma área urbana atualmente degradada e já sem usos industriais, com exceção da Oficina da CP que assegura a manutenção do material circulante da linha de Cascais. O loteamento foi desenvolvido com o intuito de se enquadrar no eixo de desenvolvimento Tagus Park / Oeiras / Praia da Torre, razão pela qual inclui uma **ocupação multifuncional**, desenhada para potenciar a atratividade socioeconómica e a qualificação urbana.

Tratando-se de um **espaço sem vivência** e um potencial urbano que o relevam para uma situação singular no Concelho, a requalificação urbana da Fundação de Oeiras é considerada pela Autarquia um **projeto estratégico de desenvolvimento**, compromisso esse claramente demonstrado pelo Executivo nas diversas reuniões de acompanhamento à elaboração da presente proposta.

Onde se localiza o projeto? Quais as suas características principais? E qual é a programação temporal das suas várias fases?

O projeto do Loteamento da Fundação de Oeiras localiza-se na região de Lisboa (NUTS II – Região de Lisboa), sub-região da Área Metropolitana de Lisboa (NUTS III – Área Metropolitana de Lisboa), abrangendo o terreno da antiga Fábrica de Metalurgia e Construção Metalomecânica na **união de freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no concelho de Oeiras, distrito de Lisboa** (ver Desenho 1, no final deste documento), junto aos limites administrativos entre o concelho de Oeiras e o concelho de Cascais.

O projeto localiza-se na proximidade da linha ferroviária de Cascais, sendo delimitado por esta (a norte), pela Rua Raúl Lino (a sul), pela Rua Fundação de Oeiras (a este) e pelo Complexo Recreativo e Cultural Quinta dos Lombos (a oeste).

A solução urbanística para a área pressupõe a demolição de quase todo o edificado, com exceção do antigo edifício sede da Fundação. Estão previstos 17

A sigla **NUTS** significa Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos e corresponde a um sistema hierárquico de divisão do território português em regiões.

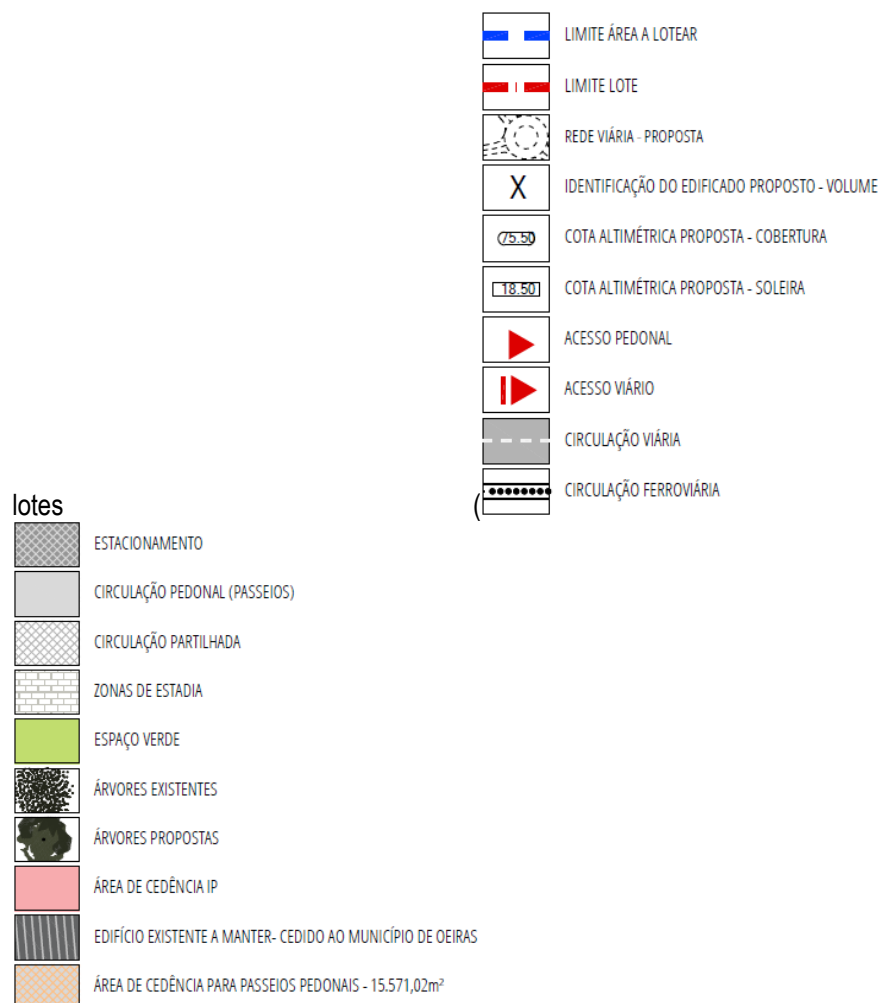


Figura 1 e simulação fotográfica na capa deste documento), de volumetria compreendida entre um e dezassete pisos com as características discriminadas no Quadro sinóptico (**Quadro 1**), distribuídos em torno de uma praça central e de uma praça secundária. Esta praça secundária, de menores dimensões, localiza-se junto ao limite nascente do terreno, de modo a funcionar como porta de entrada da nova área a desenvolver.





Figura 1 – Planta síntese do loteamento

Prevê-se uma ocupação multifuncional da área do projeto, nomeadamente com as seguintes valências:

- Habitação e comércio, incluindo:
 - o áreas de habitação;
 - o áreas comerciais;
 - o áreas destinadas a residência para estudantes;
- Turismo, incluindo:
 - o um lote para uma unidade hoteleira;
- Indústria, correspondendo:
 - o às oficinas da CP, a cargo da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, realocizadas no extremo poente norte, ao longo da via-férrea;
- Serviços, incluindo:
 - o um centro de indústrias criativas, a localizar no antigo edifício sede da Fundação e a ceder à Câmara Municipal;
 - o equipamentos coletivos;
 - o um silo automóvel enterrado de estacionamento.

Dadas as características e a dimensão do loteamento, prevê-se que este possa constituir uma nova centralidade no tecido urbano no qual se insere, com a qualificação da zona.

Quadro 1 – Parâmetros do loteamento

Parâmetros Lotes	Área total (m²)	Área de implantação (m²)		Uso	N.º lugares estacionamento	N.º máximo de fogos	N.º de pisos acima do solo
		Abaixo do solo	Acima do solo				
1	1 473	0	4 419	Serviços e Centro de Indústria Criativa	30	-	3
2	1 258	11 000	15 541	Serviços e Comércio	365	-	13

Parâmetros Lotes	Área total (m²)	Área de implantação (m²)		Uso	N.º lugares estacionamento	N.º máximo de fogos	N.º de pisos acima do solo
		Abaixo do solo	Acima do solo				
3	1 785	8 923	-	Silo Automóvel em cave	355	-	0
4	1 265	1 807	6 926	Unidade Hoteleira	60	-	6
5	1258	9 800	20 571	Habitação e Comércio	306	140	17
6	608	1 824	3 648	Habitação e Serviços	60	30	6
7	807	2 420	4 267	Habitação e Comércio	80	38	10
8	2 215	4 430	8 264	Habitação e Comércio	147	72	9
9	2 356	4 713	7 108	Habitação e Comércio	157	58	9
10	2 546	7 639	10 580	Habitação e Comércio	254	88	9
11	1 855	3 709	6 689	Habitação e Comércio	123	58	8
12	1 141	3 423	5 666	Habitação e Comércio	114	48	8
13	804	2 412	4 066	Habitação e Comércio	80	32	7
14	717	2 152	3 673	Habitação	60	36	7
15	2 834	6 993	16 382	Equipamento	250	-	6
16	621	892	3 726	Residência Estudantes	29	-	5
17	9 035	0	7 894	Oficina CP	20	-	0
Total	32 576	72 137	129 419		2 490	600	

Estima-se que os 600 fogos venham a albergar 2 976 habitantes; o hotel terá 150 camas turísticas e a residência está dimensionada para o alojamento de 135 estudantes.

Além do número de lugares de estacionamento privados indicados no Quadro 1, o projeto considera a criação de 303 lugares de estacionamento público exterior.

No âmbito do projeto de loteamento, são realizadas as obras de urbanização locais, destinadas a servir diretamente os espaços urbanos e as edificações abrangidas pela operação de loteamento e, para além destas, um conjunto de intervenções mais abrangentes, necessárias para garantir a funcionalidade deste novo projeto e a sua integração na área envolvente (ver **Figura 2**), nomeadamente:

- I1 – Interseção entre a Rua Fundação de Oeiras e a Av. Infante D. Henrique – Substituição da interseção prioritária por uma interseção giratória;
- I2 – Interseção entre a Rua Fundação de Oeiras e a Rua Eng. Guilherme Gomes dos Santos – Reformulação da geometria da intervenção existente;
- I3 – Interseção entre a Rua Fundação de Oeiras e a Rua Raúl Lino – Substituição da interseção prioritária por uma interseção giratória;
- I4 – Interseção entre a Rua Fundação de Oeiras a Av. Dr. Francisco Lucas Pires, a Est. Medrosa e a Rua Medrosa – Reformulação da geometria da interseção existente;

- I5 – Interseção entre a R. Fundação de Oeiras, a R. Henrique de Paiva Couceiro e o Lg. Alm. Gago Coutinho – Substituição da interseção prioritária por uma interseção giratória;
- I6 – Interseção entre o Lg. Alm. Gago Coutinho, a R. São Pedro de Areeiro e a R. D. João de Castro – Reformulação da interseção prioritária;
- I7 – Interseção entre o Lg. Alm. Gago Coutinho e a R. José Diogo da Silva – Reformulação da geometria da interseção existente;
- I10 – Interseção entre a Av. República, a Av. Salvador Allende e a Estação Agrónoma – Substituição da interseção prioritária por uma interseção giratória;
- I13 – Interseção entre a R. Desembargador Faria e a R. Quinta Grande – Substituição da interseção semaforizada por uma interseção giratória;
- I17 – Interseção entre a Av. Brasil e a R. José Diogo da Silva – Substituição da interseção prioritária por uma interseção giratória;
- I18 – Interseção giratória no lado poente do loteamento – Apenas existente na situação futura;
- I19 – Interseção entre a Av. República e a R. Lagares da Quinta – Reformulação da interseção prioritária;
- I20 – Interseção entre a Av. Marginal e a Est. Medrosa – Substituição da interseção semaforizada por uma interseção giratória;
- I21 – Interseção entre a R. Qt. Grande e a R. Lagares da Quinta – Reformulação da interseção prioritária;
- S1 – Secção da Rua Fundação de Oeiras, desde a Rua Guilherme Gomes dos Santos até à “linha de caminho de ferro” – Alteração do atual perfil transversal da rua (2x1 vias) para um perfil transversal tipo se secção 2x2 vias.



Figura 2 – Intervenções previstas na rede viária no âmbito da implementação do projeto.

Para além das intervenções apresentadas acima, existe um conjunto de outras intervenções que não terão escavações relevantes associadas e que consistem em:

- I14 – Interseção entre a Av. Salvador Allende e a R. Quinta Grande – Substituição da interseção semaforizada por uma interseção prioritária apenas com “movimentos de mão”
- S2 – Secção na R. Desembargador Faria, entre a R. Qt. Grande e a R. Caminho da Qt. – Alteração neste troço para dois sentidos de circulação
- S4 – Secção na Av. Salvador Allende, entre a Av. República e a R. Qt. Grande – Alteração neste troço para dois sentidos de circulação
- S5 – Secção na Av. Salvador Allende, entre R. Qt. Grande e a R. Caminho da Qt. – Alteração neste troço para dois sentidos de circulação
- S6 – Secção da R. Lagares da Quinta – Alteração neste troço para dois sentidos de circulação
- S7 – Secção na Av. República, entre a Av. Salvador Allende e a R. Lagares da Quinta – Alteração neste troço para dois sentidos de circulação

O projeto inclui também a implantação de uma passagem superior à linha férrea, de uso apenas pedonal e de bicicletas e veículos equiparáveis, promovendo os modos de deslocação ativos.

Tendo em consideração o tipo de projeto em avaliação, a **fase de construção** inclui, no essencial, a demolição das infraestruturas existentes, a descontaminação dos solos e a execução das redes de infraestruturas do loteamento, a sua ligação às redes de infraestruturas existentes e a execução das vias rodoviárias a criar e a beneficiar.

Os edifícios que serão instalados no interior dos respetivos lotes serão posteriormente alvo de projetos autónomos, cujas características ainda não estão desenvolvidas.

Para a execução das infraestruturas, prevêm-se as seguintes atividades:

- Implantação do estaleiro de apoio à obra, dentro do perímetro da área reservada ao loteamento;
- Demolição das atuais estruturas construídas existentes no interior da área de intervenção e remoção do material sobranço;
- Descontaminação de solos;
- Execução das terraplenagens para regularização e preparação do terreno, podendo ser necessário recorrer a terras de empréstimo;
- Execução das redes rodoviárias e das restantes redes de infraestruturas.

Prevê-se a utilização dos materiais habitualmente utilizados em obras de construção civil, como betão, vidro, ferro, aço, tubagens de materiais diversos, bem como a utilização de energia elétrica, combustíveis fósseis e água potável, de modo a garantir a iluminação, o funcionamento dos diversos equipamentos e a manutenção das áreas afetas à obra.

Na fase de construção, é previsível que sejam produzidas águas residuais domésticas do estaleiro e, eventualmente, águas residuais resultantes da lavagem de equipamentos e máquinas (que poderão, eventualmente, conter pequenas quantidades de óleos lubrificantes), que serão encaminhadas para a rede de saneamento existente.

No que respeita a resíduos, prevê-se que durante a fase de construção do projeto sejam produzidos resíduos sólidos urbanos, resíduos de construção e demolição, terras excedentes de escavação e óleos, combustíveis e lubrificantes usados na manutenção/funcionamento da maquinaria e equipamentos afetos à obra, entre outros. Estima-se um volume de solos contaminados de 42 417 m³, que serão removidos ou remediados no local, de acordo com o licenciamento da operação de remediação de solos, a apresentar em simultâneo com o RECAPE

As emissões atmosféricas produzidas estão associadas aos equipamentos e aos veículos envolvidos na obra, isto é, correspondem a gases de escape, e à emissão de poeiras, incluindo poeiras associadas à movimentação de solos contaminados.

Dada a utilização predominantemente habitacional, comercial e de serviços do loteamento, na **fase de exploração** prevê-se um conjunto de ações relacionadas com estas atividades, destacando-se:

- Fornecimento de refeições e outros serviços de restauração;
- Limpeza corrente dos espaços habitacionais, de comércio e serviços;
- Reparação e manutenção de edifícios e infraestruturas;
- Manutenção de espaços verdes;
- Limpeza de espaços públicos;
- Transporte rodoviário e outras formas de mobilidade de moradores, utentes e visitantes;
- Transporte de bens, equipamentos e outros materiais e géneros, garantindo o abastecimento necessário ao exercício das atividades comerciais e de serviços;
- Transporte de resíduos decorrentes das atividades exercidas.

Relativamente ao consumo de água, prevê-se um consumo de cerca de 732 024 L/dia, tendo em conta uma captação média de 224 L/habitante/dia e uma população a servir de 3 261 habitantes equivalentes, associados aos 600 fogos habitacionais, à residência de estudantes e à unidade hoteleira. No que diz respeito à rega, estima-se um consumo médio anual de 27 088 L/dia de água.

No que diz respeito aos efluentes, estima-se que venham a ser encaminhadas para as infraestruturas da SIMAS de Oeiras e Amadora cerca de 586 m³/dia.

Quanto aos resíduos gerados, prevê-se a produção de resíduos urbanos ou equiparados, resultantes das atividades correntes, sendo expectável que se possa atingir uma produção de 1 402 toneladas de resíduos urbanos por ano, que devem ser encaminhadas para tratamento/valorização.

Embora não esteja prevista a **desativação** do projeto, caso esta venha a ocorrer, envolverá ações de demolição e desmantelamento das infraestruturas construídas, originando assim um conjunto de resíduos de construção e demolição, na sua maioria constituída por elementos metálicos suscetíveis de reciclagem. Alguns dos resíduos, contaminados com óleos, serão qualificados como perigosos devendo ser alvo de encaminhamento para valorização ou deposição adequada.

Prevê-se que a fase de construção das infraestruturas gerais e, posteriormente, das infraestruturas e dos edifícios de cada lote previsto empregue cerca de 100

trabalhadores, podendo chegar aos 300 durante a construção dos edifícios, embora com caráter temporário. O **emprego** direto previsto para a fase de exploração estima-se em cerca de 2 445 postos de trabalho, orientados sobretudo para a ocupação terciária prevista no loteamento e contemplando também os postos de trabalho associados aos serviços e à manutenção das áreas de habitação.

O **investimento estimado** para o projeto é de cerca de 250 milhões de euros.

Relativamente à **programação temporal**, estima-se que a fase de construção tenha uma duração de cerca de 5 anos (a desenvolver de forma faseada).

Foram consideradas alternativas?

A solução de projeto apresentada é específica para o terreno em questão e otimiza os objetivos do loteamento, enquanto minimiza potenciais efeitos negativos e maximiza os impactos positivos expectáveis.

Por esta razão não foram consideradas alternativas.

Quais as principais características da área de implantação do projeto?

A zona do projeto, que corresponde em grande medida, ao antigo complexo industrial da Fundição de Oeiras, é atualmente um **terreno** com cota topográfica superior a 20 m e, por isso, sem influência costeira direta, a sensivelmente 600 m de distância da linha de costa. A **subida do nível do mar** não afetará diretamente o projeto.

A proximidade ao Oceano Atlântico e a uma zona verde de grandes dimensões poderá significar uma atenuação das variações da **temperatura**, com especial enfoque para as temperaturas extremas máximas, que poderão não ganhar a expressão projetada para a generalidade da região ou contrabalançar o efeito “ilha de calor” da área urbana.

O **clima** na região caracteriza-se como um clima temperado com inverno chuvoso e verão seco.

No que se refere à **geologia**, o terreno encontra-se inserido na unidade morfológica da Bacia Lusitaniana, particularmente constituída por unidades carbonatadas e margosas do Cretácico, que se encontram sobrepostas por unidades argilosas e arenosas e por vezes carbonatadas do Miocénico Inferior, que se depositaram na região durante o enchimento da Bacia do Baixo Tejo.

Em termos de recursos geológicos, **não existem ocorrências relevantes** no que respeita a recursos minerais, geotérmicos, hidrogeológicos e património geológico (geossítios).

A área do loteamento já não apresenta solos naturais, uma vez que a área foi terraplenada e impermeabilizada com a construção existente. O **solo** presente no terreno do loteamento encontra-se, assim, afetado pelos processos industriais poluentes do passado e apresenta-se parcialmente **contaminado**, situação que

Um **geossítio** é um lugar de interesse particular para o estudo da geologia, geralmente com características notáveis do ponto de vista científico, didático ou turístico.

tem vindo a ser detalhadamente estudada. Deste modo, será feita a descontaminação na **fase de construção**.

O projeto localiza-se na bacia hidrográfica da **Ribeira da Laje**, afluente da margem direita do Tejo, numa área sem riscos de inundação.

A área de estudo não se encontra sobre nenhum sistema **aquífero**, situando-se a **mais de 7 km** a SE de um dos 27 sistemas aquíferos que integram esta unidade, denominado por sistema aquífero de Pisões-Atrozela. As análises efetuadas às águas subterrâneas revelam alguma contaminação resultante da antiga atividade industrial.

A **qualidade do ar** no concelho de Oeiras é globalmente boa, tendo-se identificado o tráfego rodoviário como uma das principais fontes poluentes. Observa-se o cumprimento dos valores limites legislados para todos os poluentes em estudo (NO₂, em termos horários, CO, PM10 e PM2,5), em todo o domínio em estudo, não ocorrendo assim a afetação de recetores sensíveis, para a situação atual.

Poluentes atmosféricos:

NO₂ – Dióxido de azoto

CO – Monóxido de carbono

PM2,5 – Partículas com diâmetro inferior a 2,5 µm

PM10 – Partículas com diâmetro inferior a 10 µm

Em termos de **ambiente sonoro**, as fontes de ruído determinantes e identificadas nos diversos registos acústicos efetuados são essencialmente o tráfego ferroviário na Linha de Cascais e o tráfego rodoviário nas ruas envolventes em particular na Rua da Fundição de Oeiras. Sublinha-se que a correlação entre os volumes de tráfego e os níveis sonoros correspondentes permite estimar as variações destes níveis com rigor aceitável para os objetivos em causa, mesmo quando existe uma elevada incerteza associada à variação daqueles volumes.

A **gestão de resíduos** urbanos no concelho de Oeiras é assegurada pela Câmara Municipal de Oeiras, em articulação com a Tratolixo. No Município de Oeiras o tipo de sistema implementado é o sistema de deposição coletiva, que corresponde a contentores de grande capacidade situados na via pública.

Na área de abrangência da Tratolixo, tendo por base os elementos reportados em 2021 por esta entidade gestora, terão sido recebidos pelo Sistema cerca de 470 mil toneladas de resíduos, das quais 74 mil toneladas relativas ao concelho de Oeiras.



Sítio internet:

<https://www.tratolixo.pt/index.php>

Telefone: 21 445 95 00

O projeto localiza-se numa zona urbana, com elevada densidade de edifícios. Está afastada de qualquer área natural classificada. As áreas mais próximas localizam-se a cerca de 11 km a Oeste, no vizinho concelho de Cascais, e são o Parque Natural de Sintra/Cascais e o Sítio de Importância Comunitária Sintra/Cascais. As áreas de algum valor a nível de **biodiversidade** na envolvente do projeto são constituídas pela zona de praias e da foz do rio Tejo, pelo jardim de Oeiras e a pela antiga Estação Agronómica Nacional, que envolvem a ribeira de Oeiras.

Nenhuma das espécies de **flora** encontradas tem valor relevante do ponto de vista botânico e pode afirmar-se que o valor da área, do ponto de vista da biodiversidade, é nulo inclusive verifica-se a presença de acácias, espécie exótica invasora. Mesmo no contexto da biodiversidade urbana, a estrutura da área do projeto é muito pouco adequada para albergar flora.

Tal como a flora, a **fauna** da área do projeto é muito pobre, resultado de se inserir numa zona urbana consolidada e que se encontra densamente edificada. Como foi referido, há poucas áreas não edificadas, pelo que, mesmo parte da fauna comum em meio urbano, não tem condições para ocorrer de forma regular na área do projeto.



Figura 3 – Exemplo de vegetação presente na área.

Espécies exóticas – espécies naturais de outros territórios. Por não terem inimigos naturais, muitas vezes assumem um comportamento invasor. O Decreto-Lei n.º 92/2109, de 10 de julho, com a redação atual,

Quanto ao fator **Território**, o projeto é abrangido, diretamente ou na sua envolvente imediata, pelos seguintes instrumentos de gestão territorial: Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, Plano Diretor Municipal de Oeiras, Plano Diretor Municipal de Cascais e Plano de Pormenor da Medrosa. Conforme o PDM de Oeiras, esta área está classificada como “**área industrial a reconverter**”, estando este projeto perfeitamente de acordo com os objetivos preconizados no PDM para esse tipo de áreas, ou seja, “funções de centralidade no território municipal, nas quais coexistem funções residenciais e outras, e onde se pretende manter e reforçar a referida multifuncionalidade” e “a requalificação e a valorização do espaço público envolvente”. Não são afetados solos integrados na Reserva Agrícola Nacional, nem na Reserva Ecológica Nacional, nem áreas de proteção a valores naturais ou culturais.

A caracterização onde se insere o projeto, em termos **socioeconómicos**, destaca-se, por ser geralmente considerado como um dos concelhos com melhor qualidade de vida do País, recorrendo-se a diversos indicadores que permitem esta apreciação, como as qualificações académicas e profissionais da sua população residente, reduzida taxa de desemprego, elevado poder de compra, dinamismo e inovação tecnológica e empresarial, de que avultam os seus quatro parques empresariais (Arquiparque, Lagoas Park, Quinta da Fonte e Taguspark), entre outros fatores. Apesar da antiga importância que chegou a ter a Fundação de Oeiras, esta área encontra-se agora praticamente sem usos produtivos ou sociais relevantes, apresentando-se como uma barreira urbanística.

A caracterização da **saúde humana** na área foca-se nos fatores de esperança de vida, natalidade e mortalidade infantil, mortalidade, morbilidade, saúde mental, principais fatores de risco, atividade física, alimentação e nutrição, perceção do estado de saúde e deficiência e incapacidade.

O projeto não se localiza em qualquer zona de proteção de elementos do **património cultural** classificado ou em vias de classificação. Em particular, o conjunto da Fundação de Oeiras (Fábrica de Metalurgia e Construção Metalomecânica de Oeiras) não se encontra classificado. Este conjunto apresenta uma importante coleção de painéis de azulejos, produzidos na fábrica Viúva Lamego, e um baixo-relevo no exterior do edifício-sede.

Tendo em conta as características da área, bem como o seu uso do solo, a qualidade da **paisagem** associada ao loteamento é classificada como baixa. Esta classificação traduz na degradação da área.

estabelece o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna.



Figura 4 – Baixo-relevo e painel de azulejos presente na área de estudo (exemplo).

Quais os principais efeitos (impactes) do projeto?

Foram identificados e avaliados no EIA **impactes significativos**, quer positivos quer negativos, destacando-se os seguintes:

- Poluição sonora durante as atividades de construção, afetando os residentes nas habitações da proximidade (negativo);
- Congestionamento viário enquanto não se concretizar as alterações previstas nas vias envolventes (negativo);
- Afetação dos painéis de azulejos e um baixo-relevo (negativo);
- Descontaminação dos terrenos afetados pela contaminação histórica (positivo);
- Dinamização do emprego e das atividades económicas (positivo);
- Fixação de novos habitantes (positivo);
- Aumento da capacidade de estacionamento público (positivo).

Muitos dos impactos positivos refletem-se em determinantes ambientais e sociais, com efeitos positivos na saúde humana.

No EIA são ainda analisados os **impactes cumulativos** esperados do presente projeto.

No presente caso, o projeto vai contribuir para diversos impactos potencialmente significativos: o aumento da população residente e a alteração da paisagem. São estes impactos que importará analisar numa perspetiva de impactos cumulativos. Estes impactos cumulativos foram avaliados como pouco significativos.

Um **impacte cumulativo** é um efeito positivo ou negativo que se faz sentir num determinado recurso ou valor (por exemplo, água, flora, fauna, população, entre outros), por influência dos vários projetos passados, presentes ou previstos na região que afetam esse mesmo recurso.

Quais as principais medidas de mitigação dos impactos negativos e de potenciação dos impactos positivos? E quais as consequências dessas medidas nos impactos anteriormente identificados?

No EIA propõe-se um conjunto de medidas para evitar, minimizar e compensar os efeitos negativos decorrentes da construção e exploração do projeto, bem como para maximizar os efeitos dos impactos positivos esperados.

Algumas destas medidas dizem respeito a procedimentos de gestão ambiental da fase de construção, com os objetivos, entre outros, de prevenir a poluição do solo e das águas, de minimizar a afetação da população mais próxima ao ruído e à emissão de poeiras/partículas. Estão também previstas medidas de gestão dos resíduos produzidos, de integração paisagística e de comunicação/divulgação do projeto e das obras, que visam atenuar os impactos negativos sobre os habitantes mais próximos da área do projeto.

Salientam-se ainda as seguintes medidas:

- Acompanhamento arqueológico durante as ações de escavação, terraplanagem ou qualquer outra movimentação de terra;
- A remoção dos painéis de azulejos e do baixo-relevo deverá ser executada por técnicos de conservação e restauro com especialização em azulejos;
- Erradicação e controlo das espécies invasoras, nomeadamente a *Acacia retinoides* (Acácia-de-água), que se encontra na área de intervenção.

A aplicação de medidas preventivas e de minimização de impactos leva a que os impactos negativos classificados como significativos passem a ser considerados

como **pouco significativos**, com exceção da perturbação do trânsito automóvel, na fase de construção.

E foi proposta alguma monitorização?

Tendo em conta os impactes residuais identificados, foi proposto um programa de monitorização dos recursos hídricos subterrâneos. Assim, poder-se-á aferir a real afetação dos recursos hídricos subterrâneos em resultado da implementação do projeto

A pormenorização do programa de monitorização será feita na fase de RECAPE.

Qual a conclusão que se retira da análise efetuada?

A análise realizada no EIA permite concluir que o projeto não se localiza em qualquer zona ambientalmente sensível e apresenta apenas sete impactes negativos **significativos** e nove impactes positivos **significativos ou muito significativos**. De entre os impactes positivos, destaca-se a integração do loteamento no tecido urbano existente, aumentando as oportunidades de fixação de população e a dinamização local de atividades económicas.

Paralelamente, o projeto considera a adoção de um conjunto de **medidas de mitigação** que permitem melhorar o desempenho ambiental do projeto, tanto na sua fase de construção como na fase de exploração.

Lisboa, maio de 2023



Júlio de Jesus, eng.º do ambiente,
OE 19972, membro profissional APAI n.º 1



Célia Mesnier, eng.º do ambiente

SIGLAS

AIA – Avaliação de Impacte Ambiental

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

APAI – Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes

CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CMO – Câmara Municipal de Oeiras

DIA – Declaração de Impacte Ambiental

EIA – Estudo de Impacte Ambiental

NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OE – Ordem dos Engenheiros

PDM/PDMO – Plano Diretor Municipal/Plano Diretor Municipal de Oeiras

RDC – Resíduos de Construção e Demolição

RNT – Resumo Não Técnico



Designação do projeto:

Estudo de Impacte Ambiental do Loteamento da Fundição de Oeiras

Designação do desenho:

Planta de Localização Sobre Carta Militar

N.º do desenho:

1

Escala:

1:25 000

Data:

Fevereiro 2023

Base: Carta Militar, série M888, folha 430

Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89

Júlio de Jesus
consultores

EFEITO PREVISTO, LDA.

